



LEGISLAÇÃO LABORAL

Líder da UGT “não está confortável” com a última proposta do pacote laboral

No final da reunião com o Presidente da República, UGT diz que continua disponível para o diálogo e fala em sinais do Governo para aproximações.

Raquel Martins

22 de Abril de 2026, 17:05 (actualizada às 18:54)



“A UGT nunca se furtou ao diálogo e à negociação”, afirmou Mário Mourão. MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

O líder da UGT, Mário Mourão, diz que “ainda não está confortável” com a última versão do pacote laboral e que tem “indicações de que o Governo continua disponível para fazer aproximações (<https://www.publico.pt/2026/04/22/politica/noticia/esperanca-ultima-morrer-primeiroministro-acordo-ugt-2172153>)”. A central sindical, garante, está aberta a analisar qualquer proposta para melhorar o documento que entretanto lhe chegue.

Questionado sobre se está confortável com a última proposta (com data de 17 de Abril), o líder da central sindical respondeu que não. Mas logo a seguir clarificou que esta não é uma tomada de posição para a reunião do secretariado nacional que terá lugar amanhã.

“Não disse que vou votar contra ou a favor. O seu colega perguntou-me se estava confortável e não estou ainda confortável com a proposta que está em cima da mesa. Por isso é que a UGT continua disponível e aberta, se houver alguma proposta do Governo que possa vir ainda a melhorar [o documento]”, afirmou no final da reunião com o Presidente da República, António José Seguro, que teve lugar nesta quarta-feira no Palácio de Belém.

O secretário-geral da UGT disse ainda que, apesar de a ministra do Trabalho ter dado por encerradas as negociações, tem “indicações de que o Governo continua disponível a fazer aproximações” no pacote laboral

(<https://www.publico.pt/2026/04/21/economia/noticia/reforma-laboral-linhas-vermelhas-ugt-cedencias-governo-2171977>).

Questionado sobre quem deu esses sinais e se até à reunião do secretariado nacional desta quinta-feira haverá novas propostas do Governo, Mourão respondeu que não tem “nenhuma indicação” de que isso irá acontecer até amanhã. “O que tenho ouvido é que o Governo continuará disponível para fazer aproximações”, disse, referindo-se às notícias em que o primeiro-ministro, Luís Montenegro diz que “a esperança é a última a morrer”.

“Há uma decisão amanhã [do secretariado nacional da UGT] que fecha o processo, mas o processo pode ser reaberto. A UGT nunca se furtou ao diálogo e à negociação”, afirmou.

Mourão avisou ainda que, no dia em que a proposta for para o Parlamento, a UGT fará pressão sobre os partidos para que sejam contempladas “todas as matérias que foram consensualizadas [nas negociações]”. “O nosso trabalho não acaba com a entrada da proposta no Parlamento”, garantiu.

Comércio e Turismo não fecham a porta ao diálogo

João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), considera que, ao longo dos últimos nove meses, “houve um esforço” da UGT, das confederações patronais e do Governo para ajustar a proposta inicial “a algumas preocupações dos sindicatos”. E, apesar de considerar que se chegou a uma proposta melhor do que a inicial, não afasta voltar à mesa das negociações.

“Diria que, neste momento, a proposta que existe é melhor do que a versão inicial do Governo”, reconheceu no final da reunião com António José Seguro.

O responsável, que no final deste mês deixa a direcção da CCP, gostaria que a UGT subscrevesse um acordo. “Se não for essa a posição [da central sindical], não vemos que se consiga adiantar muito mais em futuras negociações”, avisa.

Embora, não tenha indicações da parte do Governo de que pode haver novas aproximações (ao contrário do que disse a UGT), Vieira Lopes não se recusará a analisar novas propostas.

“Se no meio desta situação surgir mais abertura por parte do Governo, é possível. Indicações formais não temos, mas é possível”.

À saída do encontro com o chefe de Estado, o líder da Confederação do Turismo de Portugal, Francisco Calheiros, antecipa que “a UGT não vai assinar o acordo”.

Já quando a uma eventual reabertura das negociações, o responsável lembrou que, ao longo do processo negocial, isso aconteceu por duas vezes e que “para voltar à mesa é preciso que haja novidades”.

CAP: “A bola passará para o campo do Governo”

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) - primeira estrutura empresarial a ser recebida por Seguro -, não vê “vantagem” em reabrir as negociações do pacote laboral e entende que, “ao fim de 200 horas de negociação, é o momento de cada um tomar a sua posição definitiva”.

O documento em cima da mesa, afirmou Álvaro Mendonça e Moura, presidente da CAP, já é um meio-termo entre as propostas dos patrões, da UGT e do Governo e não vê “mais vantagem em adicionar outras 200 horas ao processo” negocial.

Na reunião, o representante do sector da agricultura transmitiu ao Presidente da República que “está de acordo com a última versão do documento”, dado que “garante alguns pontos que para a CAP são fundamentais” relacionados com a falta de mão-de-obra no sector.

“Transmitimos que estamos de acordo com a última versão do documento. A UGT terá agora de se pronunciar”, afirmou, acrescentando que se trata de uma proposta “muito equilibrada”.

Questionado sobre se estaria disponível para reabrir o processo negocial para tentar acomodar as propostas da UGT relativas ao banco de horas e à jornada contínua, Mendonça e Moura respondeu que “o documento já é o meio-termo” e que o que se procura é um acordo.

Sobre a reunião do secretariado nacional da UGT que, nesta quinta-feira, decide se dá luz verde ao pacote laboral, o líder da CAP lembrou que a posição de todos os intervenientes é conhecida. “No ponto a que chegámos, a bola passará para o campo do Governo”, afirmou.

A CAP aproveitou a primeira reunião com Seguro para expressar a sua preocupação com “a falta de resposta” aos agricultores e produtores florestais afectados pelas intempéries do início do ano.

Ao mesmo tempo alertou para o impacto que a guerra no Irão está a ter nos preços dos fertilizantes e dos combustíveis, destacando a diferença entre os apoios dados pelo Governo português e o que o executivo do país vizinho tem dado aos agricultores espanhóis.

CGTP: “O Presidente da República tem de ouvir a maioria dos trabalhadores”

O secretário-geral da CGTP, Tiago Oliveira, considera que há pontos do pacote laboral do Governo que são inconstitucionais e desafiou o Presidente da República, António José Seguro, a “ouvir a maioria dos trabalhadores”.

“Há matérias neste pacote laboral que são inconstitucionais, o afastamento da CGTP é inconstitucional e alguém como a figura do Presidente da República terá, no momento certo, de se pronunciar”, afirmou o líder da CGTP à saída do encontro com António José Seguro, que decorreu nesta quarta-feira à tarde no Palácio de Belém.

O Presidente da República, acrescentou, será “sensível” com certeza a esta situação, notando que o pacote laboral é rejeitado pela maioria dos trabalhadores.

“O Presidente tem que ouvir a maioria dos trabalhadores”, desafiou.

A expectativa da central sindical é que o Presidente da República cumpra o que prometeu. Na campanha para as presidenciais, António José Seguro ameaçou vetar o pacote laboral (<https://www.publico.pt/2026/01/30/economia/noticia/ugt-prepara-contraproposta-perto-100-alteracoes-pacote-laboral-governo-2162970>), caso o diploma chegasse a Belém nos termos em que foi apresentado em Julho do ano passado, “porque não resolve nenhum problema, pelo contrário, vem criar mais instabilidade social”.

A 11 de Março, a CGTP tinha pedido uma reunião urgente com António José Seguro para lhe dar conta da “profunda preocupação” com as medidas previstas no anteprojecto “Trabalho XXI” e denunciar a sua exclusão das negociações.

A central sindical rejeitava “a tentativa do Governo de a excluir dos espaços de discussão sobre as alterações à legislação do trabalho”.

“O afastamento da CGTP-IN do processo fere a democracia e viola os direitos constitucionais de participação das organizações representativas dos trabalhadores na elaboração das leis laborais”, alertava a estrutura liderada por [Tiago Oliveira](#) (<https://www.publico.pt/2025/11/12/economia/entrevista/cgtp-greve-geral-ja-sucesso-2154389>).

Seguro está a receber os parceiros sociais nesta quarta-feira, véspera da reunião do secretariado nacional da UGT, onde esta estrutura irá decidir se dará o seu acordo à proposta de alteração à legislação laboral do Governo.



Abrir portas onde se erguem muros

Siga-nos

- ✉ Newsletters
- 🔔 Alertas
- f Facebook
- ✕ X
- 📷 Instagram
- in LinkedIn
- ▶ Youtube
- 📡 RSS

Sobre

- Provedor do Leitor
- Ficha técnica
- Autores
- Contactos
- Estatuto editorial
- Livro de estilo
- Publicidade
- Ajuda

Serviços

- Aplicações
- Loja
- Meteorologia
- Imobiliário

Assinaturas

- Edição impressa
- Jogos
- Newsletters exclusivas
- Estante P
- Opinião
- Assinar

Informação legal

- Principais fluxos financeiros
- Estrutura accionista
- Regulamento de Comunicação de Infracções